

Algumas considerações preliminares sobre o papel de Luiz Carlos Prestes à frente do PCB no período 1945 a 1956/58

ANITA LEOCÁDIA PRESTES¹

Este texto se insere no conjunto de pesquisas que venho desenvolvendo com o intuito de buscar, através da investigação histórica, uma explicação racional e convincente para o papel desempenhado por Luiz Carlos Prestes na elaboração e na aplicação da política do PCB no período 1945 a 1956/58, considerando que, para “adentrar a história”, é necessário “adentrar” os “episódios”¹.

Ao formular o tema, levei em conta um fato histórico fundamental para sua abordagem: no ano de 1945, L.C. Prestes assume, pela primeira vez, a secretariageral do PCB, cargo para o qual fora eleito em agosto de 1943, durante os trabalhos da Conferência da Mantiqueira, realizada clandestinamente pela Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), grupo vitorioso na disputa pela reorganização do PCB após os sérios golpes sofridos pela sua direção no início dos anos quarenta². É com a anistia dos presos e perseguidos políticos (18/04/1945) e a sua conseqüente libertação que o novo secretário-geral do PCB assume de fato

¹ Professora do Programa de Pós-graduação em História Comparada da UFRJ. E-mail: anitaprestes@ifcs.ufrj.br

² E.P. Thompson, “As peculiaridades dos ingleses”. In: Antonio Luigi Negro e Sérgio Silva (org.) *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001, p. 133.

³ Edgard Carone, *O P.C.B. (1943-1964)*. Volume II. São Paulo: Ed. Difel, junho / 1982, pp. 3-4.

suas funções, pois, antes disso, permanecera preso durante nove anos nos cárceres da ditadura varguista.

É a partir desse momento, que L.C. Prestes – sem experiência de militância nas fileiras do PCB, dadas as condições em que se desenvolvera sua atuação após o ingresso no Partido, em agosto de 1934, – enfrentará o desafio de dirigir uma organização, cujos dirigentes e militantes ele pouco conhecia e cujos métodos e práticas de atuação também lhe eram pouco familiares³.

A questão central levantada pelo tema proposto reside no esclarecimento da relação estabelecida entre o PCB – partido fundado em 1922 e com atuação significativa em vários momentos da história contemporânea do país (o Bloco Operário e Camponês [BOC], em 1928/30, o movimento antifascista e a Aliança Nacional Libertadora [ANL], em 1934/35, a política de “União Nacional”, em 1938-45, para citar alguns exemplos mais característicos) – e L.C. Prestes, proclamado o “Cavaleiro da Esperança” ainda nos anos vinte e aceito no PCB com grande relutância de seus dirigentes, temerosos de seu imenso prestígio popular, mas que, devido justamente a esse prestígio e ao carisma de sua liderança, dera uma contribuição decisiva para o sucesso da ANL e, posteriormente, para o êxito da política de “União Nacional”⁴.

Pretende-se, portanto, esclarecer o caráter e as formas assumidas pela relação extremamente original estabelecida entre uma organização política como o Partido Comunista e uma liderança popular de grande carisma e prestígio, como a de Prestes. Prestígio proveniente não só do seu desempenho à frente da Coluna Invicta (1924-1927), como também da sua atuação no início dos anos trinta⁵ e do martírio de nove anos de prisão enfrentados com reconhecida coragem e grande firmeza⁶.

Estamos diante de um fenômeno singular: uma liderança popular de grande expressão é incorporada ao Partido Comunista e torna-se não só seu dirigente máximo como a principal e inquestionável referência do comunismo no país. Quais seriam as consequências de tal fenômeno para a história do PCB? Como teria sido

³ Para uma análise da atuação de L.C. Prestes durante o ano de 1935, cf. Anita Leocádia Prestes, *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1997; e para o período da sua prisão, que se estende até 1945, cf. Anita Leocádia Prestes, *Da insurreição armada (1935) a “União Nacional” (1938-1945): a virada tática na política do PCB*. São Paulo, Paz e Terra, 2001.

⁴ Cf. Anita Leocádia Prestes, *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora*, op. cit.; e Anita Leocádia Prestes, *Da insurreição armada*, op. cit.

⁵ Anita Leocádia Prestes, *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora*, op. cit.

⁶ Anita Leocádia Prestes e Lygia Prestes (org.), *Anos tormentosos. Luiz Carlos Prestes: correspondência da prisão (1936-1945)*. 3 v. Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), 2000.

a história desse partido sem a presença de Prestes? Como Prestes influenciou no Partido e, ao mesmo tempo, como este agiu sobre o líder, cuja formação não resultara de militância nas fileiras partidárias? Surge assim a questão do papel da personalidade na história, abordado pelos clássicos do marxismo de forma lapidar:

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem: não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos⁷.

E aqui é onde devemos falar dos chamados grandes homens. O fato de que surja um deles e em um momento e em um país determinado, é, naturalmente, uma pura casualidade. Mas se o suprimirmos, se colocará a necessidade de substituí-lo, e aparecerá um substituto, melhor ou pior, mas a longo prazo aparecerá⁸.

Luiz Carlos Prestes: uma visão militarista da história?

Na historiografia, é freqüente a tese de que L.C. Prestes, ao ser aceito no PCB, teria trazido para as fileiras comunistas um novo componente – uma visão militarista da história e dos processos políticos. Da mesma forma, atribui-se aos “tenentes”, que o acompanharam na adesão ao PC, uma suposta influência militarista, que teria marcado de maneira negativa a história do PCB em todo o período subsequente. Prestes seria o principal responsável por uma tendência militarista, voluntarista e golpista que, segundo os adeptos de tal tese, passou a vigorar no meio dos comunistas, desviando-os da necessária flexibilidade na elaboração e na aplicação de sua orientação política.

Leôncio Martins Rodrigues, referindo-se aos anos trinta, escreve que “foi a ascensão dos militares nos escalões dirigentes do Partido o fator decisivo na evolução posterior do movimento comunista no Brasil”, citando nominalmente alguns desses tenentes e capitães que acompanharam Prestes na adesão ao PCB⁹. O mesmo autor afirma que “a adesão de Prestes teve conseqüências profundas para o futuro do PCB”, acrescentando: “Com ele vieram os militares que posteriormente assumiriam posições de comando no Partido, produzindo essa mistura de stalinismo e tenentismo que caracterizou o PCB nos anos subsequentes”¹⁰. Mais adiante,

⁷ Karl Marx, *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*. São Paulo: Ed. Escrita, 1968, p. 15.

⁸ Carta de F. Engels a W. Borgius, 25/01/1894. In: K. Marx. e F. Engels, *Obras Escogidas en tres tomos*. t. III. Moscou: Ed. Progreso, 1976, p. 531.

⁹ Leôncio Martins Rodrigues, “O PCB: os dirigentes e a organização”. In: Boris Fausto (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. t. 3, v. 3. São Paulo: Ed. Difel, 1981, p. 393.

¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 371.

refere-se ainda à “influência tenentista resultante da entrada da jovem oficialidade no interior de um partido comunista inexperiente”¹¹.

Paulo Sérgio Pinheiro defende uma fusão do “conteúdo propriamente militar do (...) discurso” de “Prestes e de seus companheiros” com “a estratégia da própria IC”¹², referindo-se a uma “superposição do militarismo ao comunismo” e afirmando que, “a partir de 1927, Prestes e os comunistas se aproximam (...) graças à mesma concepção do Estado como fortaleza a conquistar através da insurreição armada”¹³. Em *Estratégias da Ilusão*, o autor deixa registrada a opinião segundo a qual Prestes e os “tenentes” que o acompanharam na adesão ao PCB teriam sido, em grande medida, responsáveis pelo suposto militarismo dos comunistas, levados, por isso, a apostarem nos levantes armados de 1935¹⁴. Segundo Pinheiro, “entre 1929 e 1935, (...) os comunistas ficaram atrelados às decisões de Luís Carlos Prestes enquanto militar”¹⁵, e Prestes jamais deixaria de ser essencialmente um militar – “o *general* da Coluna”¹⁶.

Marcos Del Roio atribui ao que chama de “prestismo” a concepção de considerar os “golpes de força voluntaristas a forma de fazer história”¹⁷, e escreve que, no início dos anos trinta, ocorrera no PCB a “fusão entre o prestismo e o stalinismo”¹⁸, chegando-se à composição de “uma direção prestista-stalinista no PCB, predisposta ao golpe voluntarista”¹⁹, e adepta de uma “visão insurrecional do processo de transformação social”²⁰.

Da mesma forma, Marly de Almeida Gomes Vianna atribui a Prestes, já em 1935, e na qualidade de “revolucionário comunista”, a permanência da “mentalidade tenentista que o formou como líder militar e como homem político”²¹. Para a autora, Prestes, como comunista, teria mantido as características de general, ou seja, de “comandante militar”, o que o teria levado, pelo menos em 1935, a pautar

¹¹ Idem, *ibidem*, p. 383.

¹² Paulo Sérgio Pinheiro, *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991, p. 13.

¹³ Idem, *ibidem*, pp. 17-217.

¹⁴ Idem, *ibidem*, p. 17.

¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 189.

¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 218; grifo do autor.

¹⁷ Marcos Del Roio, *A Classe Operária na Revolução Burguesa: a política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990, p. 213.

¹⁸ Idem, *ibidem*, pp. 211-15.

¹⁹ Idem, *ibidem*, pp. 302-312.

²⁰ Idem, *ibidem*, p. 317.

²¹ Marly de Almeida Gomes Vianna, *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992, p. 244.

suas análises pela “lógica da visão tenentista”²². Segundo Vianna, Prestes “só confiava na ação militar. Era um general em busca de uma revolução que se sentia talhado para dirigir”²³. Reafirma-se, portanto, a tese da suposta influência militar, tenentista e *golpista* levada para o PCB por Prestes e pelos “tenentes” que, influenciados pela sua liderança, aderiram ao Partido. A defesa de tal posição por Vianna contribuiu para que a autora concluísse que os movimentos armados de novembro de 1935 teriam sido “a última manifestação de rebeldia tenentista”²⁴.

Em meu livro *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora; os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)*, assinalei a importância e a força de uma concepção que denominei de *golpista*, presente na sociedade brasileira e da qual não ficariam imunes nem o tenentismo nem o PCB. Trata-se da concepção segundo a qual as transformações sociais e políticas poderiam ser realizadas, ou pelo menos iniciadas, através de um golpe militar²⁵. A pesquisa realizada me permitiu afirmar:

Se Luiz Carlos Prestes fora indiscutivelmente um chefe militar e, certamente, estava sob a influência da visão golpista do processo revolucionário, que caracterizara o tenentismo dos anos vinte e que se encontrava tão arraigada na sociedade brasileira – na qual inexistiam tradições sólidas de organizações populares e de lutas organizadas de massas –, a visão militarista da ‘insurreição das massas trabalhadoras’, imperante no PCB e na própria IC, não era menos golpista²⁶.

Tal compreensão do processo histórico em curso no início dos anos trinta levou-me à conclusão de que “não foram (...) Prestes e alguns militares que, sob sua influência, ingressaram no PCB, que levaram para o Partido as concepções golpistas que caracterizaram sua política”²⁷. Da mesma forma, em 1935,

os militares, que iriam desencadear a insurreição projetada, não eram mais tenentistas, mas seguidores de Prestes, que, desde seu Manifesto de Maio de 30 (...), deixara de ser ‘tenente’ para tornar-se adepto das teses levantadas pelos comunistas – as mesmas que seriam encampadas pela ANL, conforme a documentação (...) deixou evidente²⁸.

²² Idem, *ibidem*, pp. 245, 159, 299.

²³ Idem, *ibidem*, p. 81.

²⁴ Idem, *ibidem*, p. 17.

²⁵ Anita Leocádia Prestes. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora*, op. cit.

²⁶ Idem, *ibidem*, p. 47.

²⁷ Idem, *ibidem*, p. 48.

²⁸ Idem, *ibidem*, pp. 143-144.

Cabe ressaltar que o conteúdo do programa defendido pelos comunistas e seus aliados para a “insurreição das massas trabalhadoras”, projetada durante o ano de 1935, um programa antiimperialista, antilatifundista e democrático, era inteiramente distinto das propostas tenentistas, tanto as dos anos vinte quanto as dos anos trinta²⁹.

Há que destacar que as divergências a respeito das influências militaristas, voluntaristas e/ou golpistas na atuação do PCB não esgotam a controvérsia maior sobre a orientação política do Partido em diferentes períodos e, em especial, sobre o papel desempenhado por Luiz Carlos Prestes, particularmente a partir do momento em que este assumiu de fato a secretaria-geral do PCB.

Luiz Carlos Prestes e o PCB: as versões deturpadoras

É necessário levar em conta que o tema aqui abordado constitui assunto extremamente controvertido e que a história oficial, como é habitual, encarregou-se de criar versões deturpadoras dos acontecimentos, versões que contribuem de alguma forma para justificar os interesses das classes dominantes na sociedade em questão, procurando sempre denegrir e desqualificar as tradições de luta tanto dos movimentos sociais como das lideranças populares e revolucionárias.

Conforme é apontado pela escritora chilena Marta Harnecker, as classes dominantes intuíram que “um povo sem memória é um povo sem futuro” e por isso mantêm-se empenhadas em atacar não só as suas lideranças, “como também, e fundamentalmente, a memória da luta dos nossos povos por meio de uma campanha interna sistemática com vista a distorcer a história, destruir a ideologia revolucionária e fomentar valores individualistas”³⁰.

Pode-se acrescentar, que, no que se refere ao PCB e ao seu líder máximo – Luiz Carlos Prestes –, as classes dominantes no Brasil puderam contar com a colaboração de numerosos comunistas “arrepentidos”. Tendo militado nas fileiras comunistas e, por vezes, participado inclusive da direção do Partido, vários deles escreveram livros e artigos renegando sua atuação anterior e, a título de criticar os erros cometidos pelo PCB, por Prestes ou por outros dirigentes partidários, contribuíram para a elaboração de versões falsificadoras e negativistas da memória comunista no país e no mundo. O jornalista Osvaldo Peralva, por exemplo, para justificar seu abandono dos compromissos revolucionários anteriormente assumidos, no livro *O Retrato*, enveredou pelo caminho da deturpação intencional de fatos por ele bem conhecidos, para chegar à conclusão de caráter definitivamente

²⁹ Idem, *ibidem*, p. 143.

³⁰ Marta Harnecker, *Tornar possível o impossível: a esquerda no limiar do século XXI*. São Paulo, Paz e Terra, 2000, p. 70.

anticomunista de que, “embora participando de muitas campanhas progressistas”, o PCB “tinha um fundo negativista e reacionário, constituindo-se assim na maior fraude política da História do Brasil”³¹.

O período, que se inicia em 1945, com a legalização do PCB, é extremamente rico em acontecimentos e, talvez, por isso, sua história esteja eivada de interpretações controvertidas e polêmicas. Dentre as mesmas, cabe destacar as versões que atribuem a L.C. Prestes e aos comunistas uma aliança espúria com G. Vargas, sem deter-se na análise dos condicionantes da política de “União Nacional” adotada pelo PCB e por mim analisada no livro *Da insurreição armada (1935) à “União Nacional” (1938-45): a virada tática na política do PCB*³². Sem uma compreensão da política de “União Nacional”, apoiada numa visão multilateral, que se afaste de qualquer postura maniqueísta ou absolutizadora, tornam-se arriscadas as tentativas de explicar a atuação dos comunistas no período 1938/1945, quando o Partido adotou a consigna de “União Nacional” com o próprio Getúlio Vargas visando derrotar o fascismo e alcançar a democracia³³.

Outra questão controversa é a relacionada com a atitude, adotada por Prestes e pelo PCB, de repúdio à candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes à presidência da República nas eleições de 02/12/1945 e de denúncia da postura golpista da UDN e do seu candidato. A mobilização contra o golpe, que visava a derrubada de Vargas, constitui um dos episódios da história do PCB menos pesquisado e extremamente deturpado pelos detratores de Prestes e do movimento comunista no Brasil. A tese consagrada na historiografia, de acordo com a qual, explícita ou implicitamente, admite-se que o golpe de 29/10/1945 teria sido progressista e representaria até mesmo as aspirações mais profundas das classes populares, como escreveu Caio Prado Jr.³⁴ – um intelectual ligado ao PCB –, pode, entretanto, ser questionada quando se recorre ao exame cuidadoso dos documentos da época.

Tal documentação é reveladora de que, em outubro de 1945, foi “derrubado” um Estado Novo que já não mais existia, pois o regime autoritário de 1937 mudara de caráter. Na realidade, ocorrera uma tentativa reacionária e conservadora de reverter o processo de democratização da sociedade brasileira, que vinha sendo promovido com a permanência de Vargas no poder. Diante da pressão significativa de múltiplos fatores nacionais e internacionais, dentre os quais cabe destacar o movimento de opinião pública no Brasil contrário ao nazifascismo, a vitó-

³¹ Osvaldo Peralva, *O Retrato*. Porto Alegre, Ed. Globo, 1962, pp. 266-267.

³² Anita Leocádia Prestes, *Da insurreição armada (1935) a “União Nacional” (1938-1945): a virada tática na política do PCB*, op. cit.

³³ Idem, *ibidem*.

³⁴ Paulo Teixeira Lumatti, *Diários Políticos de Caio Prado Júnior: 1945*. São Paulo, Brasiliense, 1998, p. 195.

ria da URSS e dos Aliados na Guerra e as pressões do Governo Roosevelt, interessado no alinhamento do Brasil com os EEUU³⁵, Vargas soubera adaptar-se à nova situação no país e no mundo, aceitando e procurando patrocinar a liberalização do regime estado-novista.

Estreitamente ligada a essa problemática, está a tese de um suposto apoio dos comunistas ao chamado “queremismo” getulista. Na realidade, os documentos da época revelam que, em momento algum, o PCB ou L.C. Prestes defenderam a palavra de ordem de “Constituinte com Getúlio”, bandeira do movimento queremista³⁶. “Queremos Constituinte com Getúlio” era a consigna de tal movimento, que, com o beneplácito e o incentivo do próprio Vargas, se batia pela sua continuidade à frente do governo. Diferentemente do que foi difundido pelos seus detratores — e, mais tarde, consagrado em grande parte dos escritos existentes sobre o assunto —, os dirigentes comunistas jamais defenderam a continuidade de Vargas no poder. Pelo contrário, lutaram por eleições presidenciais efetivamente democráticas, entendendo que para tal era necessário que as mesmas se realizassem numa nova situação institucional, livre do autoritarismo da Carta estado-novista de 1937.

Para o PCB, apoiar Vargas, exigindo concomitantemente a convocação da Assembléia Constituinte, era o meio de evitar o golpe das forças mais conservadoras — aquelas que desejavam impedir a aproximação de Getúlio com as massas e travar o processo de democratização que vinha sendo por ele promovido, apesar das vacilações e limitações evidenciadas. Para os comunistas, tratava-se, portanto, de dar sustentação ao governo existente, que vinha tomando medidas de “abertura” do regime, e pressioná-lo no sentido da realização de eleições livres para a Constituinte, em que fosse elaborada e promulgada uma nova Lei Magna, representativa da correlação de forças presentes no país. Dessa forma, o presidente da República a ser eleito deveria governar respeitando preceitos de uma Constituição democrática, expressão da vontade nacional.

Os comunistas e o movimento operário

Uma das questões mais polêmicas, presente nos trabalhos existentes sobre o PCB no período da chamada “redemocratização”, é a da política dos comunistas

³⁵ Anita Leocádia Prestes, *Da insurreição armada (1935) à “União Nacional” (1938-1945): a virada tática na política do PCB*, op. cit.; Anita Leocádia Prestes, “O golpe de 29/10/1945: derrubada do Estado Novo ou tentativa de reverter o processo de democratização da sociedade brasileira?” In: Francisco Carlos Teixeira da Silva, Hebe Maria Mattos e João Fragoso (org.), *Escritos sobre História e Educação — Homenagem à Maria Yedda Leite Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2001, p.131 a 149.

³⁶ Sobre o queremismo, cf., por exemplo, Edgard Carone, *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: Ed. Difel, 1977, pp. 332-336.

junto ao movimento operário. Teve certa repercussão, ainda nos anos setenta, o conhecido debate entre Carlos Estevam Martins e Maria Hermínia Tavares de Almeida³⁷, de um lado, e Francisco Weffort³⁸, de outro. Em que consistiu, basicamente, o centro das divergências externadas durante tal debate, considerando, ademais, que as questões então levantadas continuaram sendo discutidas e analisadas³⁹?

F. Weffort defendia que o PC teria aceito "a estrutura sindical oficial no âmbito de sua política de aliança com Vargas"⁴⁰. Ao mesmo tempo, como é apontado por C.E. Martins e M.H.T. de Almeida, "tomando (...) ao pé da letra" o fato de o PC, inicialmente, com a sua legalização, ter se definido como "um partido da lei e da ordem", Weffort identificava os comunistas "como essencialmente partidários da ordem em geral". Na realidade, afirmam estes autores, o que os comunistas "defendiam era apenas a manutenção de uma ordem pública específica em cujo contexto, segundo pensavam, lhes era assegurada uma razoável posição competitiva"⁴¹. Ainda, segundo F. Weffort, o PC teria estado sempre numa posição subordinada e dependente na aliança com Vargas⁴², o que não é aceito por Martins e Almeida⁴³. No que se refere à política sindical desenvolvida pelo PC, F. Weffort escreve que os comunistas não buscavam a

autonomia das organizações em nome dos interesses da classe operária (autonomia que não poderia existir sem a liquidação da estrutura sindical vertical e corporativista e a criação de uma nova que a substituísse), mas um pouco mais de liberdade dentro da estrutura existente para melhor servir aos interesses políticos do governo. Deste modo, os comunistas, a serviço de uma aliança política começavam a realizar, desde os primeiros meses de democracia no país, aquilo que Vargas imaginara como necessário à sua política, mas que os seus pelegos pareciam incapazes de realizar, ou seja, a

³⁷ Carlos Estevam Martins e Maria Hermínia Tavares de Almeida, *Modus in Rebus: partidos e classes na queda do Estado Novo*. São Paulo: texto datilografado, s. d.

³⁸ Francisco C. Weffort, "Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do pós-guerra)". *Estudos CEBRAP*. São Paulo: Ed. CEBRAP, nº 4, abril-maio-junho de 1973.

³⁹ Cf. Arnaldo Spindel, *O Partido Comunista na gênese do populismo; análise da conjuntura da redemocratização no pós-guerra*. São Paulo: Ed. Símbolo, 1980; Sílvio Frank Alem, *Os trabalhadores e a redemocratização: estudo sobre o Estado, partidos e participação dos trabalhadores na conjuntura da guerra e do pós-guerra imediato: 1942-1948*. Campinas, UMICAMP/IFCH, Dissertação de Mestrado, 1981.

⁴⁰ Weffort, op. cit., p. 81.

⁴¹ Martins e Almeida, op. cit., p. 41.

⁴² Weffort, op. cit., p. 78.

⁴³ Martins e Almeida, op. cit., p. 43.

mobilização a serviço do governo dos sindicatos que até então tinham uma existência meramente assistencial e administrativa⁴⁴.

Discordando da análise de F. Weffort, Martins e Almeida afirmam que o PC

procurou seus próprios objetivos, formulados com um certo grau de independência em face dos interesses defendidos pelas forças que integravam a coalisão de cunho nacional-populista. Alguns desses objetivos coincidiam, pelo menos temporariamente, com as aspirações das forças aliadas do PC; outros iam além do preço que essas forças estavam dispostas a pagar. Os primeiros foram logrados; os últimos malograram⁴⁵.

Por último, os dois autores concluem que, embora o PC tivesse cometido erros em sua relação com a classe operária, embora a política de “apertar o cinto” tivesse sido um “crasso erro”, “a pura e simples ocorrência de choques entre o partido e a classe é insuficiente para configurar o delito de traição”⁴⁶.

Arnaldo Spindel, ao retomar a discussão sobre o PCB e o movimento operário em 1945, concorda com F. Weffort, quando este defende que a política do PCB era uma política de “colaboração de classes”⁴⁷. Entretanto, segundo Spindel, para Weffort, “as atitudes do PCB remetem sempre e em última instância à política de ‘ordem e tranquilidade’, (...)”, enquanto, para Spindel, “elas encontram-se ligadas à sua necessidade de instalar-se em pontos-chave da estrutura sindical e, a partir daí, fortalecer sua posição frente às massas e frente ao conjunto do sistema político (...)”⁴⁸. Em outras palavras, para este autor,

a aliança com o ditador é a única maneira para o PCB de conciliar a ‘ordem e tranquilidade’ com uma possibilidade de, naquele momento, assumir uma posição de peso dentro da estrutura sindical, reforçando-se assim, junto às bases e aumentando sua importância dentro do sistema político⁴⁹.

Tanto as teses de A. Spindel como as posições defendidas por Sílvio Frank Além⁵⁰ – de acordo com o qual o PCB, na legalidade, teria adotado uma política

⁴⁴ Weffort, op. cit., p. 85.

⁴⁵ Martins e Almeida, op. cit., pp. 55-56.

⁴⁶ Idem, ibidem, pp. 69-70.

⁴⁷ Spindel, op. cit., p. 20.

⁴⁸ Idem, ibidem, p. 56.

⁴⁹ Idem, ibidem, p. 55.

⁵⁰ Alem, op. cit.

deliberada de “colaboração de classes”, visando abafar a luta espontânea do proletariado – podem, contudo, ser questionadas ao levar-se em conta o conjunto de fatores que condicionaram a política dos comunistas no período em questão. Assim, o retorno à documentação existente revela que as posições adotadas pelo PCB estiveram marcadas muito mais pelo desconhecimento da realidade sobre a qual atuavam os comunistas, pela ausência de um embasamento teórico consistente e pelo voluntarismo de querer fazer o movimento avançar a qualquer custo, do que pela adesão deliberada a uma concepção de cunho reformista, como é o caso da política de “colaboração de classes”⁵¹. Não estariam os autores citados criando quimeras injustificadas para combater a atuação dos comunistas? Sem desprezar os erros cometidos pelo PCB, não seria necessário verificar, a partir dos documentos, qual foi sua real contribuição para as lutas dos trabalhadores e para o fortalecimento da democracia no país? Não se estaria correndo o risco de, junto com a água do banho, jogar fora a criança?

Caberia lembrar que as diretivas elaboradas pelo PCB, no período da chamada “redemocratização”, tais como “ordem e tranqüilidade” e “apertar o cinto”, derivaram, em grande medida, das ilusões que, a partir das Conferências de Teerã e de Ialta, se disseminaram entre os comunistas e seus aliados no mundo inteiro. Ilusões de que o pós-guerra inauguraria uma época de paz e de convivência pacífica entre o capitalismo e o socialismo. Germinaria então a idéia de que seria possível trilhar um caminho pacífico rumo ao socialismo, o que, para os comunistas, não significava o abandono do projeto socialista, que, aliás, era visto como um ponto de chegada inexorável na marcha da história.

“Ordem e tranqüilidade”, de uma maneira geral, e “apertar o cinto”, no que se refere aos trabalhadores, eram diretrizes do PCB dirigidas contra o golpe que se tramava, visando deter o processo de “abertura” democrática então em curso, ainda sob o governo Vargas, processo este que contrariava interesses importantes de setores tanto das classes dominantes nacionais quanto do capital norte-americano. Os comunistas podem ter errado na elaboração de suas diretivas políticas, mas continuaram fiéis aos ideais revolucionários e, exatamente por isso, revelariam grande combatividade e disposição de luta não só durante os anos da legalidade do PCB como no período subsequente, quando novamente tiveram que enfrentar a violência repressora das classes dominantes⁵².

⁵¹ Marcos César de Oliveira Pinheiro, *O PCB e os Comitês Democráticos na cidade do Rio de Janeiro (1945-1947)*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-graduação de História Comparada da UFRJ, 2007.

⁵² Há que assinalar que, nos últimos anos, estudos sobre a história operária no Brasil têm procurado enfatizar as experiências da classe trabalhadora em vários momentos e diversos lugares, reconhecendo a participação dos militantes do PCB no movimento operário e sua

L. C. Prestes e o PCB: as “ordens de Moscou” e a crise do movimento comunista (1956/57)

Dentre as inúmeras questões polêmicas presentes na historiografia do PCB e nos escritos referentes à sua história, destaca-se a tese da suposta subordinação dos comunistas brasileiros aos ditames de Moscou, ou seja, do Partido e do Estado soviéticos. Em meus livros sobre a política do PCB nos anos 1930/35 e 1936/45⁵³, procurei desvendar a relação efetivamente existente entre os condicionantes internos (nacionais) e externos (internacionais) das políticas implementadas pelo PCB em diferentes momentos de sua atuação, concluindo que

(...) a política dos comunistas brasileiros não poderia ser explicada nem por uma suposta subordinação total às ‘ordens de Moscou’ nem ignorando o papel destacado, seja do contexto internacional da época, seja da articulação do PCB e dos partidos comunistas com a sua organização mundial – a Internacional Comunista⁵⁴.

Se tal asserção mostrou-se válida para os períodos pesquisados anteriormente, tudo indica que continuará sendo pertinente no que se refere ao período histórico ora em exame, período em que a Internacional Comunista deixara de existir e, portanto, as formas de articulação do movimento comunista internacional seriam modificadas.

No que diz respeito às balizas cronológicas por mim escolhidas para a pesquisa ora em curso, se o ano de 1945 justifica-se pelo início da atividade de L. C. Prestes como secretário-geral do PCB, no momento em que este conquistava a legalidade e o processo de democratização da vida política nacional começava a concretizar-se (convocação de eleições presidenciais e outras medidas adotadas por G. Vargas), os anos de 1956/58 podem ser considerados como o final de um período crucial na vida do PCB, quando – sob o impacto das revelações feitas no 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) – deflagrava-se em suas fileiras uma crise de extrema gravidade, da qual, mesmo com a aprovação da chamada “Declaração de Março”⁵⁵ de 1958, sairia profundamente abalado e debilitado.

atuação significativa em fábricas, sindicatos e bairros. Cf., por exemplo, Alexandre Fortes et al., *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas, Ed. Unicamp, 1999; Marco Aurélio Santana, *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 2001; Marcos César de Oliveira Pinheiros, op. cit.

⁵³ Anita L. Prestes, *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora...*, op. cit.; Anita L. Prestes, *Da insurreição...*, op. cit.

⁵⁴ Anita L. Prestes, *Da insurreição...*, op. cit., p. 16.

⁵⁵ Declaração de Março de 1958. In: Edgard Carone, *O P.C.B. (1943-1964)*. V. II. São Paulo, Ed. Difel, 1982, p. 176 a 196.

O período escolhido caracteriza-se por compreender várias etapas, que podem ser vistas como viradas táticas na política do PCB. Esquemáticamente, é possível afirmar que a tática de “União Nacional” – incluindo as diretivas de “ordem e tranquilidade” e “apertar o cinto” –, reveladora de uma tendência “direitista” na orientação política adotada pelos comunistas nos anos de 1945 a 1947 seria substituída, a partir de janeiro de 1948, por uma outra tática, cada vez mais “esquerdizante”, cujo auge teria lugar com o lançamento do “Manifesto de Agosto” de 1950⁵⁶, quando o PCB passaria a pregar o recurso à luta armada. O insucesso das tentativas empreendidas na aplicação de tal orientação levaram a direção do Partido a deflagrar, a partir do seu 4º Congresso, realizado em 1954, uma nova virada tática, de progressivo abandono do “esquerdismo” então vigente. É durante esse processo de “correção” da linha política que tem lugar a crise provocada pelo 20º Congresso do PCUS, cuja influência seria decisiva para a consecução da guinada tática então em curso – desta vez para uma política “direitista” –, cujo ponto de partida seria a citada “Declaração de Março” de 1958, com a proposta de luta por um “governo nacionalista e democrático”.

A pesquisa e a análise das viradas táticas ocorridas na orientação política do PCB não devem obscurecer, entretanto, um aspecto essencial de tal orientação: a permanência, desde os primeiros anos da história do Partido, de uma mesma estratégia para a revolução brasileira – a estratégia da revolução “democrático-burguesa” ou “nacional-democrática”, registrada em seus documentos mais importantes. Conforme assinei em artigo publicado há algum tempo, “essa visão estratégica (...) tem um conteúdo de direita na medida que se propõe um objetivo já ultrapassado pelo processo de desenvolvimento histórico no Brasil: desenvolver o capitalismo”⁵⁷. Da mesma forma, “uma estratégia errônea teria que acarretar táticas também errôneas e evadas de vacilação e de atitudes contraditórias”⁵⁸.

A partir de tal constatação, considero possível, através de pesquisa em vasta e variada documentação disponível, chegar a uma análise mais precisa não só das viradas táticas ocorridas na política do PCB, como também da sua relação com a permanência de uma mesma estratégia por mim definida como essencialmente “direitista”. Da mesma maneira, considero possível tentar esclarecer o papel de Luiz Carlos Prestes na elaboração e na aplicação das políticas partidárias, durante o período demarcado.

⁵⁶ Cf. Luiz Carlos Prestes, “Como enfrentar os problemas da Revolução Agrária e Antiimperialista (janeiro de 1948)”. *Problemas*, nº 8, pp. 18 a 42, abril de 1948; Luiz Carlos Prestes, “Prestes aponta aos brasileiros o caminho da libertação (1/8/1950)”. *Problemas*, nº 29, pp. 3 a 17, agosto/setembro de 1950.

⁵⁷ Anita Leocádia Prestes, “A que herança devem os comunistas renunciar?” *Oitenta*, Porto Alegre, LP&M, nº 4, 1980, p. 206.

⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 207.

A crise que, em 1956/57, abalou profundamente não só o movimento comunista internacional como também a direção e a militância do PCB é um tema pouco estudado e sujeito a análises controvertidas. Raimundo Santos postula a “elaboração de um *pensamento moderno* no PCB nos anos 50, cujo traço característico seria a concepção de ‘frente única’ (...)”⁵⁹, entendendo por tal pensamento moderno principalmente a tendência “a valorizar as liberdades democráticas cada vez mais como via privilegiada para obter conquistas às reivindicações populares”⁶⁰.

Segundo este autor, sob o impacto da crise, ter-se-ia criado o que ele denomina de “*pecebismo*”, “uma espécie de matriz política a se fazer presente doravante como pensamento oficial dos comunistas brasileiros, nas Teses do 5º Congresso de 1960 e no Informe de Balanço do 6º Congresso de 1967 (...)”⁶¹. Para Santos, a partir do 4º Congresso do PCB, realizado em 1954, estaria em curso no Partido um processo de “aprofundamento da questão democrática”⁶², que sofreria um grande impulso nos anos críticos de 1956/57 e ficaria consagrado na “Declaração de Março” de 1958, embora considere também que tal processo ficara “inconcluso”⁶³. Desta forma, Santos discorda das interpretações que atribuem ao PCB uma política de “conciliação de classe”⁶⁴, deixando explícita sua simpatia pelo “pensamento moderno” que, segundo ele, ganhou força no Partido, embora de maneira “inconclusa”⁶⁵.

Ao estudar o mesmo período, Frederico Falcão alinha-se com aqueles que avaliam a política do PCB como de “colaboração de classes”, mostrando-se extremamente crítico em relação à atuação dos dirigentes comunistas que, a partir de 1945, teriam passado a defender acima de tudo a legalidade do Partido, fazendo, para isso, qualquer tipo de concessão⁶⁶. Da mesma forma que autores como Peralva⁶⁷, Falcão considera o PCB sempre atrelado à política soviética, ou, segundo ele, ao stalinismo⁶⁸, faltando-lhe, portanto, a necessária autonomia na elaboração de suas orientações políticas. Embora apoiada num grande número de docu-

⁵⁹ Raimundo Santos, *O Pecebismo Inconcluso; escritos sobre idéias políticas*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Univ. Rural; Sociedade do Livro, 1994, p. 15; grifos meus.

⁶⁰ Idem, *ibidem*, p. 19.

⁶¹ Idem, *ibidem*, p. 31.

⁶² Raimundo Santos, *A Primeira Renovação Pecebista; reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1988, p. 264.

⁶³ Raimundo Santos, *O Pecebismo...*, op. cit.; Raimundo Santos, *A Primeira Renovação...*, op. cit.

⁶⁴ Raimundo Santos, *A Primeira Renovação...*, op. cit., pp. 26, 263.

⁶⁵ Raimundo Santos, *O Pecebismo...*, op. cit.; Raimundo Santos, *A Primeira Renovação...*, op. cit.

⁶⁶ Frederico José Falcão, *Ilusões da Estratégia: o PCB do apogeu à crise do stalinismo (1942-1961)*. 2v. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, Dissertação de Mestrado, 1996, p. 54.

⁶⁷ Osvaldo Peralva, op. cit.

⁶⁸ Frederico J. Falcão, op. cit., p. 166.

mentos de época, a dissertação de Mestrado de Falcão fica prejudicada pela parcialidade do autor, pela sua postura de juiz da atuação do PCB e, especialmente, pela ênfase atribuída apenas aos aspectos negativos da política dos comunistas.

Cabe ressaltar que, ao escolher o tema proposto, pretendi adotar uma postura voltada para a compreensão e a explicação dos principais momentos do período em questão, evitando qualquer atitude de julgamento, de defesa ou de ataque, da política levada à frente pelo PCB e, em particular, pelos seus dirigentes. Dentro dos limites do possível – porque o historiador faz parte da história –, a imparcialidade e a objetividade devem ser o paradigma a ser seguido pelo historiador, seja do tempo pretérito seja do tempo presente.

O “mito” Luiz Carlos Prestes

Ao analisar o papel desempenhado por Luiz Carlos Prestes no período 1945-1958, é necessário abordar a problemática da criação e da utilização do chamado “mito Prestes”. Conforme é destacado por B. Cavalcante,

(...) há (...) uma diferença entre o prestígio e o respeito que seu nome [de Prestes] impunha em decorrência daquele feito [a Coluna Prestes], e a nova qualidade de sua liderança, em virtude do tratamento que lhe foi conferido no período posterior à sua libertação, quando efetivamente assumiu a secretaria do PCB.(...)

Desde então, seu nome e sua pessoa cercaram-se da mística de um homem excepcional, insuspeitável, criando-se uma situação única, que não fora vivida por nenhum outro ocupante daquele cargo⁶⁹.

Sendo possível concordar com a autora quanto à criação do “mito Prestes” a partir de 1945, deve-se ressaltar, entretanto, que o prestígio de Prestes não advinha apenas dos feitos da Coluna, como também de sua atuação nos anos trinta – especialmente à frente da Aliança Nacional Libertadora – e, em particular, do seu comportamento nos cárceres da ditadura varguista. Há que destacar ainda que nenhum outro secretário do PCB contara com semelhante prestígio popular e inegável carisma junto a setores diversificados da opinião pública nacional. Quando Prestes deixou a prisão em abril de 1945, seu nome era uma lenda, com a qual nenhuma outra liderança no país conseguia competir.

Por que, entretanto, surge o “mito Prestes”? Discordo de B. Cavalcante, cuja explicação se insere nos marcos de uma interpretação do PCB, segundo a qual

⁶⁹ Berenice Cavalcante. *Certezas e ilusões: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Niterói, UFF/EDUFF/PROED, 1986, p. 180.

estarmos diante da montagem de uma “organização de cunho totalitário” ou ainda da “organização do partido comunista, nos moldes de um movimento totalitário”. Segundo a autora, para atingir “a almejada homogeneização e uniformização”, inerente ao totalitarismo, “os militantes formariam sempre um grupamento de figuras anônimas, sem nome e sem rosto, cuja identidade era definida por aquele que, já no presente [o líder] apresentava as qualidades dos novos personagens que se pretendia criar”⁷⁰. Prestes seria, assim, o líder de tal movimento totalitário – o PCB.

Descontados os evidentes exageros atribuídos pela interpretação citada aos métodos e formas de funcionamento do PCB, resta a questão da conceituação do totalitarismo. B. Cavalcante, ao adotar os pressupostos da “teoria do totalitarismo”, baseando-se na definição sugerida por R. Benzaquem de Araújo, privilegia, na análise do PCB, a “indiferenciação, como expressão de uma visão totalizadora”⁷¹. Enquanto isso, tais concepções passavam a ser crescentemente criticadas por diversos autores, como é o caso, no Brasil, de F. C. Teixeira da Silva⁷², que destaca na “teoria do totalitarismo” o fato de “considerar-se a massa como objeto amorfo, manipulável” e de “o papel da massa, em especial, dos trabalhadores” ser “largamente negligenciado”, o que em absoluto não se confirma através da pesquisa empírica⁷³. Conforme é apontado por Teixeira da Silva, estudioso da resistência operária ao nacional-socialismo, as novas fontes disponíveis revelaram a existência de vigoroso movimento de oposição interna aos regimes fascistas. Em outras palavras:

A teoria do totalitarismo, marcada profundamente pelo clima político e ideológico da Guerra Fria, é incapaz de fornecer explicações adequadas ao enfrentamento fascismo/comunismo, desconhecendo e expulsando da história uma importante resistência operária comunista e antifascista⁷⁴.

O reconhecimento de que a massa não é um objeto amorfo e facilmente manipulável oferece uma pista valiosa para a análise do PCB, cujos militantes, com mais razão, não devem ser vistos como figuras “sem nome e sem rosto”, presas fáceis de uma suposta manipulação promovida pelo chefe de tipo totalitário. A própria história do PCB, no período em questão, é reveladora nesse sentido, pois

⁷⁰ Idem, *ibidem*, pp. 194-195.

⁷¹ Idem, *ibidem*, pp. 134-135.

⁷² Francisco Carlos Teixeira da Silva. “Wedding vermelho, um bairro operário em Berlim (1919-1939): campo e cidade na formação da cultura operária e da resistência frente ao Nacional-socialismo”. In: Luiz Flávio de Carvalho Costa et alii (org.). *Mundo Rural e Tempo Presente*. Rio de Janeiro, Mauad, pp. 13 a 42, 1999, pp. 16-19.

⁷³ Idem, *ibidem*, pp. 16-17.

⁷⁴ Idem, *ibidem*, p. 41.

em várias oportunidades seus militantes tiveram atitudes de rebeldia em relação à direção partidária, tomando iniciativas públicas e de caráter político que contradiziam a linha oficial do Partido, como aconteceu, por exemplo, por ocasião do suicídio de G. Vargas – um dos momentos que será contemplado no âmbito da pesquisa que venho desenvolvendo.

Voltando, contudo, à questão das causas do “mito Prestes”, é necessário considerar que tal fenômeno teve lugar em grande parte dos partidos comunistas, sob a inegável influência do modelo soviético. Isaac Deutscher assinala que o culto do leninismo, orquestrado por Stalin, teve início quando Lenin se encontrava em seu leito de morte⁷⁵. A partir de então, tornar-se-ia cada vez mais difícil aos adversários de Stalin contrapor-se às suas determinações, dítadas agora em nome do prestígio colossal de Lenin e do leninismo. Criava-se o mito e, apoiado nele, Stalin conseguiria eliminar todos os adversários, seja de “direita” seja de “esquerda”⁷⁶, garantindo seu controle quase absoluto sobre o PC e sobre o Estado soviéticos.

No Brasil, o contexto era outro e, em particular, o PCB não estava no poder. Mas Prestes encontrou sérias dificuldades para dirigir o Partido, recém-egresso da clandestinidade, violentamente golpeado pela repressão e reduzido a uma militância pouco numerosa e despreparada para as grandes tarefas que a nova conjuntura da “redemocratização” lhe impunha. Em poucos meses de legalidade, o PCB passaria por um crescimento vertiginoso, tendo chegado a atingir cerca de 200 mil membros. Naturalmente não havia quadros preparados para dirigir tal explosão da militância. Apesar dos esforços desenvolvidos por dirigentes e militantes dedicados, apesar dos grandes êxitos alcançados nos anos de 1945/46, o PCB encontraria enormes dificuldades tanto no que se refere à elaboração de políticas que fizessem avançar a luta dos trabalhadores rumo ao socialismo – objetivo final de todo PC – quanto no plano da própria organização partidária, duas questões, aliás, profundamente interligadas.

Em nosso país, existiam as condições propícias para a criação do “mito Prestes”. A miséria em que vegetava grande parte da população, o analfabetismo e o atraso cultural presentes no Brasil e, principalmente, a tradicional marginalização de numerosos setores populares de uma participação política efetiva na definição dos destinos da Nação – aspecto para o qual a repressão policial desempenhou sempre papel importante – condicionariam, em grande medida, o aparecimento de lideranças messiânicas e/ou de “salvadores da pátria”. Conforme tive oportuni-

⁷⁵ Isaac Deutscher, *Stalin – a história de uma tirania*. 2 v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970, p. 238.

⁷⁶ Idem, *ibidem*, p. 1970.

dade de destacar em um dos meus livros, o fenômeno do “salvacionismo” não é difícil de explicar,

(...) se se considera o processo de formação da sociedade brasileira, marcado pela inegável força que as classes dominantes do país sempre tiveram para impor aos setores populares um estado de desorganização e desestruturação social que viria a tornar-se um dos traços mais característicos dessa sociedade excludente em relação aos “de baixo” e “gelatinosa”, no sentido de que não restaria nela espaço para que o povo organizado pudesse influir na vida política nacional. Uma sociedade, na qual os setores populares sempre tiveram possibilidades mínimas de participação organizada, seja através de partidos, de sindicatos, de associações, seja através de qualquer outro tipo de entidade de caráter social ou político⁷⁷.

Luiz Carlos Prestes, desde 1927, quando fora proclamado pela imprensa do Rio de Janeiro o “Cavaleiro da Esperança”, dado seu imenso e reconhecido prestígio ao final do périplo da Coluna Invicta, passara a ser visto, por amplos setores da sociedade brasileira, como o “salvador”, de quem se esperava a solução dos problemas nacionais⁷⁸. Se tal expectativa declinaria abruptamente com o seu “Manifesto de Maio” de 1930⁷⁹, ela viria a ressurgir com grande força nos anos que se seguiram e, principalmente, com o avanço do movimento antifascista no país e a formação da Aliança Nacional Libertadora em 1935⁸⁰.

A derrota dos levantes de novembro desse ano e a conseqüente prisão de Prestes fariam recair o silêncio sobre seu nome. Mas o martírio a que foi submetido durante os nove anos em que esteve preso e o comportamento firme e corajoso frente aos seus carrascos levaram a que o já então secretário-geral do PCB deixasse o cárcere cercado pela admiração e o respeito de vastos setores da Nação. Novamente, Prestes seria visto como o “salvador” da pátria por numerosos brasileiros. Em poucos meses seria eleito o senador mais votado da história da República, confirmando a confiança nele depositada por significativos setores do eleitorado do país.

É nesse contexto que – numa original combinação das tradições autoritárias presentes na sociedade brasileira com as práticas stalinistas acima apontadas, vigentes em grande parte dos partidos comunistas –, a nova direção do PCB, formada na Conferência da Mantiqueira (1943) e tendo à frente Diógenes de Arruda Câmara, passaria a investir na criação do “mito Prestes”. Para um grupo de diri-

⁷⁷ Anita L. Prestes. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora...*, op. cit., p. 139.

⁷⁸ Anita Leocádia Prestes, *A Coluna Prestes*. 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1991, cap. X.

⁷⁹ Idem, *ibidem*.

⁸⁰ Anita L. Prestes. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora...*, op. cit.

gentes, em sua maioria, desconhecidos da militância do Partido e, mais ainda, dos trabalhadores e da população brasileira, o prestígio e o carisma de Luiz Carlos Prestes seriam trunfos valiosos e insubstituíveis no esforço de consolidação da própria direção partidária e de fortalecimento do PCB.

Salvaguardadas as diferenças, Arruda Câmara investiria na formação do “mito Prestes” da mesma forma que Stalin o fizera em relação a Lenin. No torvelinho de acontecimentos em que a direção partidária se viu lançada com a legalidade do PCB, foram atribuídas a Prestes as tarefas de caráter político geral, enquanto Arruda se apossava da secretaria de organização, cargo que lhe permitiria manter sob seu controle toda a atividade e o funcionamento do Partido. De um lado, tinha-se o autoritarismo inerente à personalidade de Arruda e dos dirigentes que com ele compactuavam, de outro, a inexperiência de militância partidária de Prestes. O “Cavaleiro da Esperança”, até então, não tivera praticamente oportunidade de atuar nas fileiras do Partido e, mais ainda, desconhecia a experiência anterior de seus militantes e dirigentes⁸¹. Conseqüentemente, Prestes seria o secretário-geral de uma organização, cujos membros e cujo funcionamento desconhecia.

Para superar tal impasse seria necessário tempo. Entretanto, a legalidade do PCB mal durou dois anos (1945/47). Dois anos em que Prestes esteve absorvido fundamentalmente pelo peso das atividades políticas gerais, não tendo conseguido voltar-se, como seria indispensável, para a vida da organização que nominalmente dirigia. Tal circunstância seria habilmente utilizada pelo grupo dirigente que, com o ingresso do Partido na clandestinidade, se articularia em torno da figura de Arruda. É o momento em que o “mito Prestes” adquire inegável utilidade para os objetivos desse pequeno grupo que passa a controlar o secretariado do PCB e a falar em nome de Prestes.

A partir do fechamento do Partido, em maio de 1947, e, mais ainda, após a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas, no início de 1948, Prestes tornar-se-ia – em nome da defesa de sua segurança, ameaçada pela perseguição policial, -- prisioneiro de Arruda e dos membros do secretariado. Exagerava-se o perigo que ameaçava o secretário-geral, para mantê-lo em total isolamento, afastado do Partido, da família, dos companheiros e amigos, privado do convívio com pessoas que lhe pudessem fornecer informações e opiniões diferentes das que lhe eram transmitidas por Arruda e os demais elementos do secretariado, coniventes com o secretário de organização.

⁸¹ Lembremos que, até 1945, Prestes passara nove anos isolado na prisão e, anteriormente, tendo sido aceito no PCB em agosto de 1934, não tivera possibilidade, dadas as condições de clandestinidade em que vivera durante o ano de 1935, de atuar no Partido e de conhecer seus militantes e suas formas de atuar.

Stalin fomentara o mito do leninismo, utilizando um suposto legado de Lenin morto, para justificar as medidas autocráticas que adotava; Arruda e o grupo dirigente que o apoiava fomentavam o mito de Prestes, utilizando um suposto legado de Prestes emparedado, para falar em seu nome e justificar a política e os métodos autoritários que adotavam. Por que Prestes aceitava tal situação? Se, conforme relata I. Deutscher, L. Trotsky, preocupado com a disciplina partidária e em “não levar a luta para além das fileiras do partido”⁸², perdeu a oportunidade de contrapor-se com algum sucesso aos planos dominadores de Stalin, Prestes, sempre preocupado com a disciplina e com a unidade do Partido, permitiu que Arruda e seus elementos de confiança empolgassem a direção do PCB e dessem livre curso a todo tipo de desmandos e arbitrariedades.

Caso Prestes decidisse não aceitar o isolamento que, em nome da segurança e da disciplina partidária, lhe era imposto, seu destino estaria selado: seria considerado “inimigo do povo”, traidor, da mesma forma que Trotsky o fora ou, mais tarde, na Jugoslávia, o marechal Tito. O “Cavaleiro da Esperança” passou cerca de dez anos batendo-se pelo direito a participar das reuniões da Comissão Executiva e do Comitê Central do Partido, aguardando que se criassem condições propícias para romper com o isolamento que lhe havia sido imposto.

Tais condições viriam a surgir somente em 1957, no bojo da crise que se abateu sobre as fileiras partidárias após o 20º Congresso do PCUS. Naquele momento, Prestes consegue romper com as normas que lhe haviam sido impostas e comparecer à primeira reunião do Comitê Central, contribuindo decisivamente para as mudanças que então viriam a ocorrer. Entretanto, como será visto a partir do estudo da documentação disponível, o secretário-geral não pôde perceber a gravidade dos problemas que afetavam o PCB, o que só viria a ocorrer vinte anos mais tarde, durante a nova crise que abalaria a direção partidária, no final da década de 1970. Dessa crise resultaria o rompimento definitivo de Prestes com a direção do Partido⁸³.

À guisa de conclusão

Ao tentar esclarecer o papel desempenhado por Luiz Carlos Prestes à frente do PCB, nos defrontamos frequentemente com a crítica que lhe é feita de não ter sido um teórico. Cabe lembrar que ele jamais afirmou tal pretensão, e ao entregar-se de corpo e alma à luta revolucionária, a teoria que abraçou ainda no final dos anos vinte – o socialismo científico de K. Marx e F. Engels – passou a ser, do seu ponto de vista, um instrumento valioso para a realização das transformações revolucionárias almeçadas. Sua existência extremamente atribulada não lhe permitiu

⁸² Isaac Deutscher, *op. cit.*, p. 278.

⁸³ Luiz Carlos Prestes, *Carta aos Comunistas*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980.

tornar-se um teórico do marxismo, embora tenha aproveitado todas as oportunidades, inclusive a prisão – onde lhe era proibido receber livros marxistas –, para estudar tanto as obras de grandes filósofos como Diderot, Descartes, Hegel, Kant, etc. quanto de economistas e sociólogos e, em particular, tentar aprofundar-se no conhecimento da realidade brasileira⁸⁴.

Se Prestes, juntamente com os comunistas – muitos deles intelectuais de prestígio –, cometeu erros na avaliação da situação do país e na elaboração da estratégia e tática do Partido Comunista, pode-se levantar a seguinte questão: quem não os cometeu? O próprio Lenin enganou-se, em janeiro de 1917, ao fazer a previsão de que a revolução na Rússia não seria para sua geração⁸⁵. Quem, no Brasil, conseguiu formular um programa efetivamente viável de transformações revolucionárias capazes de abrirem caminho para a implantação de justiça social, de democracia para milhões de brasileiros e de soberania nacional? Um grande intelectual como Manoel Bonfim, crítico radical da situação brasileira, que, para ele, “só se pode resolver revolucionariamente” – cuja obra, sintomaticamente, foi silenciada por mais de meio século –, tendo realizado uma profunda e inovadora análise dos males do Brasil, propunha, para o país, uma revolução nos moldes da Revolução Mexicana, ao escrever, pouco antes de sua morte, no início dos anos 30⁸⁶. Hoje, podemos perceber a inexistência à época de condições reais para tal solução. Certamente, não estavam ainda presentes, na sociedade brasileira, os elementos indispensáveis para que se pudesse propor uma solução revolucionária para os males do país.

Uma nova abordagem de algumas das questões levantadas neste texto deverá resultar da pesquisa ora em curso em diversas fontes disponíveis. Dessa maneira, parece justificar-se a escolha do tema aqui apresentado.

⁸⁴ Nesse sentido, sua correspondência da prisão é reveladora. Cf. Anita L. Prestes e Lygia Prestes (org.), op. cit.

⁸⁵ Isaac Deutscher, op. cit., p. 85.

⁸⁶ Manoel Bonfim. *O Brasil Nação: realidade da soberania nacional*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Topbooks, 1983, pp. 567, 572 e outras.